

EDITAL N.º 82/2019

PROCESSO SIMPLIFICADO PARA SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, DESTINADO AOS ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR REGULARIZADAS JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, QUANDO CONCLUÍDO O 4º PERÍODO, FOR REGIME DE CRÉDITOS, OU 2º ANO, QUANDO O REGIME FOR SERIADO.

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Desembargador Tutmés Airan Albuquerque Melo, no uso das atribuições funcionais que lhes são conferidas, FAZ SABER aos ALUNOS DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL DAS FACULDADES REGULARIZADAS JUNTO AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, QUE CONCLUÍRAM O 4º PERÍODO, POR REGIME DE CRÉDITO, OU 2º ANO, QUANDO O REGIME SERIADO, que será realizado, pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas - ESMAL, mediante as regras determinadas neste EDITAL, o **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE ENGENHARIA CIVIL.**

1. DO PROCESSO SELETIVO E DA COMISSÃO DO CERTAME

1.1. O processo seletivo será promovido pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ESMAL e a prova realizar-se-á na Cidade de Maceió/AL.

1.2. A Comissão do certame foi designada através da Portaria Nº 325, de 25 de Janeiro de 2019, pelo Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, e é composta pelos membros listados abaixo, presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo:

Nome	Função
Anderson Santos dos Passos	Magistrado - Coordenação de Projetos Especiais /ESMAL
Ana Paula Barros Ramos	Membro
Renan Gustavo Gonzaga Ferro	Membro
Victor Correia Vasconcellos	Membro
Júlio Alexandre Soares Souza	Membro

1.2.1. Os membros da Comissão, em suas ausências, impedimentos ou qualquer outro afastamento eventual, serão substituídos por pessoas designadas pela Comissão de Certame.

1.2.2. Nas hipóteses de ausências, impedimentos ou qualquer outro afastamento eventual do presidente da Comissão do Certame, suas atribuições serão exercidas pelo membro de idade mais elevada dentre os membros da Comissão.

1.3. A Comissão decidirá por maioria de votos. Ela será responsável pela elaboração, aplicação, fiscalização e correção das provas, bem como pela classificação do (a)s candidato (a)s, publicação, divulgação dos resultados e julgamento dos recursos.

2. DO ESTÁGIO

2.1. O estágio terá carga horária mínima de 24 (vinte e quatro) horas semanais, no período vespertino ou matutino, tendo duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, havendo interesse, exclusivo, do Poder Judiciário.

2.2. O(a) estudante aprovado(a) e convocado(a) receberá, a título de bolsa de estágio, a importância correspondente a um salário mínimo mensal, acrescido do valor correspondente ao auxílio transporte, não fazendo jus à hora extra ou a quaisquer outros adicionais de remuneração.

2.3. O(a) candidato(a) aprovado(a) só será efetivamente convocado(a) se, quando da admissão, não estiver cursando o último ano letivo ou os dois últimos períodos do curso de Engenharia Civil.

3. DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

3.1. Serão destinadas 10% (dez por cento) das vagas previstas no Edital às pessoas com deficiência, assim consideradas aquelas que se enquadram nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 (e suas alterações), na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça e no Decreto Federal nº 8.368/2014.

3.1.1. Caso a aplicação do percentual previsto no anterior resulte em um número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.1.2. A deficiência não poderá ser incompatível com o exercício das atividades de estagiário(a) do Poder Judiciário.

3.1.3. O (a) candidato (a) que se declarar portador de deficiência concorrerá em igualdade de condições com o (a)s demais candidato (a)s no que concerne: I - ao conteúdo das provas; II - à avaliação e aos critérios de aprovação; III - ao horário e ao local de aplicação das provas; e, IV - à nota mínima exigida para todo(a)s o (a)s demais candidato(a)s.

3.2. Para concorrer a uma dessas vagas, o (a) candidato(a) deverá:

a) no ato da inscrição, declarar-se portador de deficiência.

b) encaminhar o laudo médico (original ou cópia simples) - emitido, no máximo, 12 meses antes da data da publicação do presente Edital, que comprove a deficiência alegada e que consigne a espécie, o grau ou o nível da deficiência, o código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), bem como a provável causa da deficiência, na forma do subitem abaixo.

3.3. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência deverá entregar, pessoalmente ou por terceiro com procuração específica, o laudo médico (original ou cópia simples) a que se refere à alínea “b” do subitem 3.2, **até o 09 de abril de 2019**, de segunda a quinta-feira das 8h às 17h e nas sextas de 08h às 13h, na Coordenação de Projetos Especiais, na ESMAL, situada a Rua Cônego Machado, nº 1061, Farol, Maceió-AL, CEP: 57021-160, defronte a Escola Estadual Professor Edmilson Vasconcelos Pontes (antigo Lyceu Alagoano), fone (82) 2126-5360.

3.4. A inobservância do disposto nos subitens 3.2 e 3.3 deste Edital acarretará a perda do direito de concorrer às vagas reservadas aos(as) candidatos(as) portadores de deficiência, bem como o não atendimento das condições especiais solicitadas pelo candidato(a) para a realização das provas. Neste caso, o candidato (a) passará automaticamente a concorrer às vagas gerais, juntamente com os demais candidato(a)s inscrito(a)s como não deficientes, desde que preenchidos os demais requisitos previstos neste Edital.

3.5. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência, que necessite de condição ou atendimento especial para realização da prova, deverá, no ato da inscrição, formalizar requerimento nesse sentido, na forma do subitem 3.16 deste Edital, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, conforme previsto no art. 40, § 1.º e 2.º, do Decreto Federal n.º 3.298/99 e suas alterações.

3.6. O laudo médico (original ou cópia simples) terá validade somente para este Processo Seletivo e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

3.7. A relação do(a)s candidato(a)s que tiverem a inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência constará em Edital específico, que será publicado no Diário Eletrônico da Justiça, podendo ser divulgado no *link* do Processo Seletivo constante na página eletrônica da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas. Considerar-se-ão indeferidos os pedidos de inscrição dos candidato(a)s que não constarem da referida relação.

3.8. O(a) candidato(a) disporá de 2 dias úteis, a contar do dia útil imediatamente seguinte ao da publicação da relação citada no item anterior, para recorrer contra o indeferimento, podendo fazê-lo pessoalmente ou através de procurador com poderes específicos.

3.9. O(a)s candidato(a)s que, no ato da inscrição, declararem-se portadores de deficiência, se aprovados no Processo Seletivo por terem alcançados a nota mínima exigida neste Edital, terão seus nomes publicados na lista exclusiva para candidato(a)s com deficiência, bem como na lista geral de aprovados.

3.10. O(a)s candidato(a)s que se declararem portadores de deficiência, para a nomeação, deverão submeter-se à perícia médica perante a Junta Médica do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que examinará a existência ou não da deficiência, o seu grau e se ela é compatível com as funções que o(a) estagiário(a) deverá desempenhar no Poder Judiciário.

3.11. Os(as) candidatos(as) deverão comparecer à perícia médica no Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, munidos do laudo médico que ateste a espécie e o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), conforme especificado no Decreto n.º 3.298/99, bem como a provável causa da deficiência.

3.12. A inobservância do disposto no subitem 3.11, a não constatação, pela perícia médica, de o(a) candidato(a) ser portador de deficiência ou a sua insubmissão à perícia, acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos portadores de deficiência.

3.13. O(a) candidato(a) portador(a) de deficiência reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, caso seja aprovado no Processo Seletivo, figurará na lista de classificação geral.

3.14. O(a) candidato(a) portador de deficiência reprovado na perícia médica em virtude da incompatibilidade de sua deficiência com o exercício das atividades de estagiário(a) do Poder Judiciário, será eliminado do Procedimento Seletivo.

3.15. As vagas reservadas neste Edital às pessoas com deficiência, que não forem providas por falta de candidato(a)s em tais condições aprovados, serão preenchidas pelos demais candidato(a)s, observada a ordem geral de classificação.

3.16. Os(as) candidatos(as), portadores de deficiência ou não, que necessitem de atendimento especial para a realização das provas deverão indicar, no ato da inscrição eletrônica, as condições diferenciadas de que necessitam e, ainda, entregar, até o dia 09 de abril de 2019, no local e horários descritos no item 3.3 deste edital, pessoalmente ou por terceiro com procuração específica, na sede da Escola Superior da Magistratura de Alagoas (ESMAL), o laudo médico que justifique o atendimento especial juntamente com o formulário padrão de necessidades que estará disponível no *site* da ESMAL. Após esse período, a solicitação será indeferida, salvo nos casos de força maior e nos que forem de interesse da Administração Pública. É vedada, em qualquer hipótese, a realização das provas em local distinto daquele indicado no edital de convocação para as provas. A solicitação de condições especiais será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

3.17. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização das provas poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira, observando os procedimentos constantes a seguir.

3.17.1. A lactante deverá encaminhar a solicitação, **até o dia 09 de abril de 2019**, à Comissão do certame, no local e endereço constantes no item 3.3.

3.17.2. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

3.17.3. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

3.17.4. A criança deverá ser acompanhada, em ambiente reservado para este fim, de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata). Não será

disponibilizado, pelo Tribunal de Justiça de Alagoas ou pela ESMAL, responsável para a guarda da criança.

3.17.5. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

3.17.6. Na sala reservada para amamentação, ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

4. DAS INSCRIÇÕES PARA CANDIDATOS NEGROS

4.1. A(os) candidato(as) pertencentes à população negra, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas na Lei Federal nº 12.990/2014 e pelo art. 9º, § 2º da Resolução TJAL nº 17/2014, alterada pela Resolução TJAL nº 12/2016, ficam reservados 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste processo seletivo.

4.1.1. Caso o percentual indicado no item 4.1 configure um número decimal igual ou maior do que 0,5 (cinco décimos), adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor do que 0,5 (cinco décimos), adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior.

4.2. O(a) candidato(a) deverá, quando da inscrição, indicar se deseja concorrer às vagas reservadas à população negra, preenchendo a autodeclaração de que é preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.2.1. A autodeclaração terá validade somente para este Concurso.

4.3. Constatada a falsidade da declaração a que se refere o item 4.2, será o(a) candidato(a) eliminado. Se houver sido convocado(a), ficará sujeito à anulação de sua convocação após o procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.4. O(A) candidato(a) classificado(a) que, no ato da inscrição, declarou-se preto ou pardo, terá seu nome publicado em lista à parte e figurará também na lista de classificação geral.

4.5. O(A) candidato(a) negro(a) que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

4.6. O(A) candidato(a) negro(a) poderá concorrer concomitantemente às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atender a essa condição, de acordo com a sua classificação no concurso.

4.7. O(A) candidato(a) negro(a) aprovado(a) dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência, não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidato(a)s negros.

4.8. O(A) candidato(a) negro(a) aprovado(a) para a vaga a ele destinada e para as reservadas às pessoas com deficiência, convocado(a) concomitantemente para o provimento dos cargos, deverá manifestar opção por uma delas.

4.9. Na hipótese de que trata o item 4.8, caso o candidato não se manifeste previamente, será nomeado(a) dentro das vagas destinadas a(o)s candidato(a)s negro(a)s.

4.10. Em caso de desistência de candidato(a) negro(a) aprovado(a) em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato(a) negro(a) classificado imediatamente após o desistente.

4.11. Na hipótese de não haver candidato(a)s negro(a)s aprovado(a)s em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidato(a)s aprovado(a)s, observada a ordem de classificação no certame.

4.12. O(A) candidato(a) inscrito(a) como negro(a) participará do certame em igualdade de condições com os demais candidato(a)s, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, aos horários e locais de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para todos os demais candidato(a)s.

5. DO PÚBLICO ALVO

5.1. A seleção para a função de Estagiário dar-se-á dentre alunos do Curso de Engenharia Civil das instituições de ensino superior regularizadas junto ao Ministério da Educação, e que concluíram o 4º período, quando o regime for de crédito, ou 2º ano, quando for regime seriado.

5.2. O servidor público que atender aos requisitos previstos neste edital, poderá participar deste certame, sem direito, no entanto, ao recebimento de bolsa de complementação (art. 4º, § 5º, da Resolução TJAL 17/2014, alteração pela Resolução TJAL 12/2016).

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições serão realizadas, exclusivamente, através do endereço eletrônico www.esmal.tjal.jus.br, no período compreendido entre **os dias 05 a 19 de abril de 2019, até às 23h 59min.**

6.2. No ato da inscrição o candidato deverá indicar o **turno de disponibilidade** de exercício das suas atividades, indicando se **MATUTINO** ou **VESPERTINO**.

6.2. É facultada a doação, até o dia da prova, de 02 (duas) latas de leite em pó, as quais serão destinadas pelo Projeto Cidadania e Justiça na Escola (PCJE) a uma instituição de caridade.

6.2.1. As latas de leite podem ser entregues até o dia da prova, na Coordenação de Estágios da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (Esmal), que emitirá um comprovante de recebimento. A Coordenação de Estágios receberá as latas de leite de segunda a quinta-feira, das 07 horas às 17 horas e nas sextas-feiras, das 8 horas às 13 horas, no seguinte endereço: Rua Cônego Machado, nº 1061, Farol, Maceió-AL, CEP: 57021-160, defronte a Escola Estadual Professor Edmilson Vasconcelos Pontes (antigo Lyceu Alagoano), fone (82) 2126-5360.

6.3. No ato da inscrição, o (a) candidato(a) deverá realizar o cadastro preenchendo o formulário de inscrição, e imprimir o seu comprovante de inscrição que deverá ser apresentado no dia de aplicação das provas.

6.4. Na inscrição eletrônica, o(a) candidato(a) fornecerá o número da cédula de identidade ou de qualquer outro documento oficial de identificação com foto, o mesmo a ser apresentado durante a realização das provas.

6.5. Em caso de duplicidade de inscrições, será considerada aquela feita por último.

6.6. A lista definitiva do(a)s candidato(a)s com inscrição deferida será publicada, através de Edital específico, no Diário Eletrônico da Justiça Estadual, no dia **02 de Maio de 2019**.

6.8. O(A) candidato(a) deverá guardar, para os devidos fins, o comprovante de inscrição até a conclusão do processo seletivo.

6.9. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) o acompanhamento do andamento do certame através do Diário Eletrônico da Justiça (<http://www.tjal.jus.br>) e do sítio eletrônico da ESMAL (<http://www.esmal.tjal.jus.br/>).

7. DA PROVA

7.1. A realização da prova teórica dar-se-á na data provável de **08 de maio de 2019, a partir das 14 horas**, na Escola da Magistratura do Estado de Alagoas (ESMAL). E a realização da prova prática dar-se-á na data provável de **27 de maio de 2019**, em horário a ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

7.2. A seleção dos candidatos far-se-á por meio das seguintes provas:

a) PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório, que conterà 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha, cada uma delas com cinco alternativas, sendo somente uma correta. Cada questão valerá 0,40 (quarenta centésimos), totalizando 10 (dez) pontos.

b) PROVA PRÁTICA, de caráter eliminatório e classificatório, que valerá 10 pontos.

7.3. Somente serão classificados para a prova prática os 50 candidatos que obtiverem as maiores notas na prova objetiva, após o julgamento de eventuais recursos contra o gabarito oficial preliminar. Todos os candidatos empatados na última posição de classificação serão admitidos à prova prática, mesmo que ultrapassem o limite de 50 candidatos.

7.4. A prova prática consiste em resolver um trabalho rotineiro que ocorre dentro do departamento de engenharia do TJ/AL, utilizando o auxílio dos *softwares* e necessitando dos conhecimentos inclusos dentro do conteúdo programático deste edital.

7.5 Só será considerado aprovado o candidato que obtiver, no mínimo, 5 (cinco) pontos na prova prática.

7.6 A Nota Final da prova (NF) será a média aritmética das notas da Prova Objetiva (PO) e da Prova Prática (PP), conforme a seguinte fórmula: $NF = (PO + PP)/2$.

7.7. Os candidatos serão classificados segundo a ordem decrescente da pontuação final.

7.8. Na hipótese de empate, terá preferência, nesta ordem, o candidato: a) de idade mais elevada (art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003); b) que estiver cursando período mais avançado na graduação de Engenharia Civil; c) que fizer a doação das latas de leite em pó, nos termos deste Edital.

7.9. A duração da prova objetiva será de 3 (três) horas. Por motivo de segurança, o(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização das provas por, no mínimo, 1 hora e 30 minutos após o início do exame e somente poderá levar consigo o caderno de questões se permanecer no local de realização da prova até o encerramento do seu tempo de duração.

7.10. O candidato somente poderá iniciar a prova objetiva quando autorizado pelo fiscal de sala. Deverá ler as instruções contidas na capa do Caderno de Questões e transcrever o gabarito para o Cartão-Resposta.

7.11. O candidato deverá comparecer ao local da prova munido com documento oficial de identificação com foto. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com segurança e clareza, a identificação do candidato.

7.11.1. Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias, sendo então submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.

7.11.2. A identificação especial será exigida, também, do(a) candidato(a) cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura, à condição de conservação do documento e/ou à própria identificação.

7.12. O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de tinta **preta**, fabricada em material transparente, lápis/lapiseira e borracha.

7.13. É obrigatório o candidato trazer **prancheta** para realização da prova objetiva.

7.14. Durante a sua realização das provas, é vedada: a) qualquer espécie de consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, dentre outros objetos similares; b) a utilização de máquina de calcular, relógio ou qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação, tais como: bip, *tablet*, telefone celular, *smartphone*, receptor, gravador, fones de ouvido ou outros equipamentos similares. Terá a sua prova anulada, e será automaticamente eliminado do concurso, o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, descumprir esta determinação.

7.15. Os candidatos inscritos, que não desejem se submeter às regras do presente edital, poderão desistir do processo seletivo, sem qualquer ônus, até porque não foi cobrada taxa de inscrição.

7.16. Publicados o gabarito oficial preliminar da prova objetiva e a nota preliminar da prova prática, o candidato poderá interpor recurso(s), pessoalmente ou por procurador, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados do primeiro dia útil imediatamente seguinte ao da publicação no Diário da Justiça Eletrônico.

7.17. Cabe a(o) candidato(a), em caso de impugnar mais de uma questão da prova objetiva ou da prova prática, expor seu pedido e respectivas razões de forma destacada, para cada questão recorrida.

7.18. Julgados os eventuais recursos ou expirado o prazo para interpô-los, a Comissão do certame publicará o resultado final das provas e a classificação final dos candidatos aprovados, segundo a ordem decrescente da pontuação obtida.

8. DA ELIMINAÇÃO E DA NOTA FINAL

8.1. Será eliminado do certame o candidato que:

- a) não acertar, no mínimo, 50% das questões da prova objetiva;
- b) na prova objetiva, não obtiver a classificação prevista no item 7.3 deste edital;
- c) não obtiver, no mínimo, 5 (cinco) pontos na prova prática;
- d) não obtiver nota final igual ou superior a 5 (cinco) pontos, nos termos do item 7.5 deste edital.

9. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA

9.1. Informática:

9.1.1. Conhecimento básico de planilhas eletrônicas (Excel e Calc);

9.1.2. Conhecimento básico de editores de texto (Word e Writer);

9.1.3. Conhecimento básico em Windows;

9.1.4. Conhecimento básico em internet;

9.2. Conhecimentos Específicos:

9.2.1. AUTOCAD - para elaboração de desenhos de projetos, layout, cálculo de áreas, perímetro e principais ferramentas de desenho;

9.2.2. NOÇÕES DE ESTRUTURAS ISÓSTÁTICAS – tipos de vínculos, tipos de carregamentos, cálculo de reações e esforços internos solicitantes em vigas e pórticos;

9.2.3. NOÇÕES BÁSICAS DE ORÇAMENTAÇÃO - Tabela referência para orçamento, levantamento de quantitativos, apropriação de custos, execução de planilhas orçamentárias,

cronogramas físico-financeiros, elaboração de planilhas de controle com a utilização de planilhas eletrônicas, BDI e composições de custos unitário.

9.2.4. NOÇÕES DE PROJETOS DE - Arquitetura, fundação, estrutura, hidrossanitário, elétrico e rede lógica (interpretação, desenhos, materiais e equipamentos, quantitativos).

9.2.5. NOÇÕES DE CONSTRUÇÃO CIVIL - Locação, níveis, prumo, preparo de concreto, posicionamento de armaduras, argamassas de assentamento, argamassas de revestimento, assentamento de alvenarias, emassamentos, pinturas, revestimentos, cobertura. Acabamentos, impermeabilizações, normas técnicas. Materiais de construção civil e especificações de serviços. Instalações prediais elétricas, hidrossanitárias. Patologias das construções.

9.2.6. NOÇÕES BÁSICAS DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS – Boletim de medição, acompanhamento de obras, critérios de medição, LEI 8666/1993 (Obras e serviços de engenharia).

10. DO PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. O prazo de validade do presente processo seletivo é de 12 (doze) meses, contado da data da publicação da homologação do resultado final do processo seletivo, prorrogável, a critério do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, uma única vez, por igual período.

10.2. Inicialmente o processo seletivo será realizado para formação de cadastro de reserva de estagiários, de modo que o(a)s candidato(a)s poderão ser convocados à medida que surgirem vagas no Poder Judiciário, no horário matutino ou vespertino, ocorrendo chamada por ordem de classificação.

10.3. Os(as) estagiários(as) será(ão) lotados(as) , quando for o caso, pela Coordenação de Projetos Especiais da Escola Superior da Magistratura – ESMAL, nas Unidades Judiciárias/SEDE do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, ou, na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas, nos termos do Termo de Cooperação Técnica já firmado.

11. DA CONVOCAÇÃO

11.1. O(a)s candidato(a)s serão convocado(a)s, obedecendo-se à ordem de classificação, iniciando pela lista de classificação geral, **por TURNO**, da qual também farão parte o(a)s candidato(a)s negro(a)s e portadores de deficiência, seguida da lista específica de classificação do(a)s candidato(a)s negro(a)s e, depois, da lista específica de classificação do(a)s

candidato(a)s portadores de deficiência, observando-se a demonstração do quadro abaixo, que se repetirá nessa mesma proporção:

ORDEM DE CONVOCAÇÃO	LISTA	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO
1º	GERAL	1º
2º	NEGRO	1º
3º	PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	1º
4º	GERAL	2º
5º	NEGRO	2º
6º	GERAL	3º
7º	GERAL	4º
8º	GERAL	5º
9º	GERAL	6º
10º	GERAL	7º

11.2. O(a) candidato(a) classificado(a), quando convocado(a), poderá recusar o ingresso imediato, porém, passará a figurar em último lugar na lista respectiva de classificação.

11.3. A contratação só será efetivada se o(a) candidato(a) aprovado(a), quando da admissão, comprovar que se encontra matriculado(a) a partir do 3º ano ou do 5º período do curso de Engenharia Civil.

11.4. Quando convocado(a) para a assinatura do termo de compromisso de estágio, o(a) candidato(a) deverá apresentar a documentação abaixo:

- a) 01 (uma) foto 3X4;
- b) Cópia do CPF e da cédula de Identidade ou documento de identificação equivalente;
- c) Comprovante de residência.
- d) Certidão ou Histórico Escolar da Faculdade de Engenharia na qual estuda, comprovando que se encontra matriculado (a) a partir do 3º ano ou do 5º período do curso de Engenharia.
- e) Declaração de disponibilidade de tempo para a realização do estágio de 24 (vinte e quatro) horas semanais, no horário escolhido para o estágio.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberão recursos nos casos e prazos previstos neste Edital.

12.2. A fundamentação é pressuposto necessário para o conhecimento do recurso.

12.3. Os recursos somente poderão ser interpostos pelo sistema e-stagium, através do endereço eletrônico estagio.esmal.tjal.jus.br.

12.4. Os recursos serão julgados pelos membros da Comissão do processo seletivo, que decidirão por maioria, quando não houver unanimidade.

12.5. Não serão conhecidos ou serão improvidos os recursos:

a) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Edital;

b) interpostos fora do prazo;

c) cujo teor desrespeite a Comissão do certame;

d) cuja fundamentação não corresponda à questão recursada;

e) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente;

12.6. Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos o(a)s candidato(a)s presentes à prova, independente de formulação de recurso, influenciando na classificação do(a)s candidato(a)s ou na desclassificação daqueles que não obtiverem a nota mínima exigida.

12.7. São irrecorríveis as decisões tomadas pela Comissão do Certame em sede de recurso.

13. DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. A homologação do resultado final da seleção será feita pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

13.2. A aprovação no Processo Seletivo Simplificado não gera direitos, contudo, observar-se-ão a classificação final e o prazo de validade para efeito de convocação, devendo o(a) candidato(a) aprovado(a) fazer prova das condições exigidas neste Edital.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão do presente Processo Seletivo, que poderá expedir editais complementares para suprir as omissões.
- 14.2. A inscrição do(a) candidato(a) implicará a aceitação das normas deste processo seletivo contidas neste edital e em outros atos a serem publicados.
- 14.3. A ordem de classificação determinará a ordem de convocação do(a)s candidato(a)s. A classificação se dará por TURNO (MATUTINO e VESPERTINO).
- 14.4. Todos os atos relativos ao presente Certame, convocações, avisos e comunicados serão publicados no Diário da Justiça Eletrônico, podendo ainda ser divulgados nos *sítes* da ESMAL e do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.
- 14.5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao presente processo seletivo é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a).
- 14.6. É de responsabilidade do(a) candidato(a) manter seu telefone e endereço (residencial e eletrônico) atualizados, até que se expire o prazo de validade do presente processo seletivo, para viabilizar os contatos que se fizerem necessários.
- 14.7. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas e a ESMAL não se responsabilizam por eventuais prejuízos a(o) candidato(a) decorrentes de endereço eletrônico errado ou não atualizado; de endereço residencial errado ou não atualizado; de endereço de difícil acesso; de correspondência devolvida pela ECT por razões diversas; decorrentes de informação errônea de endereço ou de número de telefone por parte do(a) candidato(a); de correspondência recebida por terceiros.
- 14.8. Constatada a inobservância das regras e exigências do presente Edital por parte do(a) candidato(a), ele poderá ser excluído do certame ou desligado da função de estagiário(a), caso já a tenha assumido, respeitando-se o devido processo legal, com contraditório e ampla defesa.

Maceió, 02 de abril de 2019.

Desembargador Tutmés Airan Albuquerque Melo
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas